



PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

2019 - 2023

Santa Maria, 2019

Faculdade Integrada de Santa Maria

PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL
2019

Santa Maria, RS, 2019

IDENTIFICAÇÃO

Instituição Mantenedora: Faculdade Integrada de Santa Maria LTDA.

Código: 1721

Nome: Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA.

Endereço: Rua José do Patrocínio, 26 Santa Maria, RS

CEP: 97010-260

Instituição Mantida: Faculdade Integrada de Santa Maria Código: 2647

Diretor Geral: Ailo Valmir Saccol

Vice-Diretor: Marcos Juliano Hübner

Diretor Administrativo e Financeiro: Elizeu de Albuquerque Jacques

Diretora de Pós Graduação Pesquisa e Extensão: Maria Isabel da Silva Aude

Endereço: Rua José do Patrocínio, 26

Santa Maria, RS CEP: 97010-260

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1 PERFIL INSTITUCIONAL	8
1.1 BREVE HISTÓRICO DA IES	8
1.2 NEGÓCIO	12
1.3 PROPÓSITO	12
1.4 MISSÃO	12
1.5 VISÃO	12
1.6 VALORES	12
1.7 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	13
2 INSERÇÃO REGIONAL	13
2.1 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA	15
2.2 POTENCIALIDADES DA REGIÃO	17
2.3 INTERAÇÃO DA FISMA COM A REGIÃO	18
2.4 INFRAESTRUTURA REGIONAL	20
3 OBJETIVOS PEDAGÓGICOS	20
4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES	21
4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	21
4.2 DIRETORIAS	22
4.3 ASSESSORIA EXECUTIVA	23
4.4 ÓRGÃOS COLEGIADOS	23
4.5 ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	24
4.6 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS	24
5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS	26
5.1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA PRÁXIS PEDAGÓGICA	26
5.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	30
5.3 POLÍTICAS DE ENSINO	32
5.4 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA	34
5.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO	36
5.6 POLÍTICAS DE GESTÃO PEDAGÓGICA	39
6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	40
7 PERFIL INSTITUCIONAL DO EGRESSO	42
8 PERFIL DO CORPO DOCENTE	43
8.1 COMPOSIÇÃO	43
8.1.1 Titulação	44
8.1.2 Regime de trabalho	44
8.1.3 Indicadores para contratação	45

8.1.4 Plano de Carreira	46
8.1.5 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	46
9 PERFIL DO CORPO DE TUTORES	47
9.1 PERFIL DE TUTORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	47
9.2 INDICADORES PARA CONTRATAÇÃO	47
9.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	47
10 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES FISMA	48

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é o documento que, pelo seu conteúdo, orienta as práticas de ensino e de aprendizagem na Instituição. Cabe salientar que essas práticas devem condizer com o mundo contemporâneo e essa construção deve ser assumida pela FISMA em todas as suas ações internas e no âmbito das interações externas.

O processo de formação profissional, hoje, distancia-se muito do que se propunha em um passado recente e um dos fatores que influenciou significativamente essa mudança foi o advento, especialmente, das novas tecnologias que propiciaram a origem das 'redes sociais', que mudaram drasticamente as relações na sociedade.

Vivemos, portanto, hoje a sociedade da informação que traz consequências significativas nas trocas sociais e, especialmente, aquelas relacionadas às interações entre professores, alunos e instituições de ensino. As intensas transformações surgiram com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação que teceram uma rede que une quase que instantaneamente as pessoas. O mesmo não se pode afirmar em relação à sala de aula já que existe aí um descompasso na velocidade com que os fatos ocorrem, porém eventos importantes nela acontecem e que devem ser vivenciados pelos estudantes. Tem-se assim uma crise paradigmática e para ela deve convergir todo o esforço no sentido de unir os dois 'mundos' trazendo o melhor de cada um deles para o atendimento adequado da juventude que deve ser educada, cientificamente, nesse novo contexto.

Diante desse disso o ensino, a aprendizagem e os recursos de ensino, além de outros importantes fatores, que são elementos centrais no processo ensino-aprendizagem devem estar em consonância com essas novas tendências. Para tanto, deve-se buscar nas novas tecnologias de informação e comunicação e no desenvolvimento de um trabalho de muita qualidade pelo professor, as condições necessárias para o desenvolvimento da capacidade cognitiva do estudante, tornando-o, assim, um sujeito capaz de se adequar às novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

A Faculdade Integrada de Santa Maria em seu processo de desenvolvimento está reunindo as condições necessárias para atingir plenamente seus objetivos e

cumprir, assim, com a sua missão pela qual ela deve “formar indivíduos através da educação superior, tornando-os profissionais cidadãos capazes de buscar no trabalho o seu desenvolvimento social e econômico e de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade”.

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1.1 BREVE HISTÓRICO DA IES

A origem da Instituição ocorreu, em 10 de abril de 1997, com a fundação da empresa educacional SANTA CLARA CURSOS E TREINAMENTOS LTDA, uma empresa privada e com fins lucrativos. Com este caráter institucional, o Contrato Social foi registrado no 1º Tabelionato de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Santa Maria / RS, sob o nº. 1.495, folhas, no livro A-07, em 10/04/1997. Em 23.09.2004, o contrato original sofreu alteração, que foi registrada sob o nº. 3.588 no Livro A nº. 12, do mesmo Tabelionato acima referido. A empresa foi inscrita no CNPJ sob o nº. 01.763.991/0001-27.

Originalmente, MANTENEDORA da Escola Técnica Santa Clara, iniciou suas atividades em instalações alugadas, onde era ministrado o Ensino Supletivo (1º e 2º graus), autorizado pelo Parecer 105/98 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (CEEE-RS). Em 1998, a MANTENEDORA iniciou o ensino profissionalizante, com a implantação do Curso Técnico em Enfermagem, também autorizado pelo CEED/RS, através do Parecer 802/1998.

Em janeiro de 2000, a Instituição alcançou um grande crescimento na área da educação profissional, quando implantou os seguintes Cursos: Técnico em Radiologia Médica (Parecer 59/2000-CEE/RS), Técnico em Informática (Parecer 03/2002-CEE/RS), Técnico em Administração (Parecer 387/2002-CEE/RS) e Técnico em Contabilidade (Parecer 1097/2002 - CEE/RS). Este fato determinou um significativo aumento no número de alunos, estimulando a MANTENEDORA a projetar a construção de sua sede própria, que foi concluída no início de 2002, com capacidade para 2.858 alunos, nos três turnos (manhã, tarde e noite).

Com a construção de sua sede própria, a Instituição passou a desenvolver as suas atividades à Rua José do Patrocínio, nº 26. A partir de então, estimulada pelo resultado de pesquisa de opinião - realizada entre alunos e comunidade - classificando-a como a “Escola mais qualificada da região” e pela experiência acumulada, até então, a Mantenedora decidiu investir nas condições necessárias para atuar, também no Ensino Superior. Foi, então, que decidiu instituir a Faculdade Santa

Clara (FASCLA), credenciada pelo MEC, através da Portaria nº. 3441, de 18 de novembro de 2003. A criação desta IES teve como principal objetivo, fortalecer as áreas do conhecimento em que a Escola Santa Clara atuava, visando oportunizar aos egressos desta Escola à continuidade dos seus estudos, em nível superior, na própria Instituição.

Alicerçada nos conceitos de qualidade e credibilidade, conquistados nos municípios da região, a MANTENEDORA foi estimulada a criar as condições para dar início à oferta de cursos técnicos, na modalidade à distância. Este processo teve início em 2006, através da oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA, o qual foi autorizado pelo Parecer 477/2006-CEE/RS. No ano seguinte, 2007, obteve autorização do Conselho Estadual de Educação – RS, para oferecer os cursos: Técnico em Administração, (Parecer 424/2007- CEE/RS); Técnico em Transações Imobiliárias (Parecer 426/2007-CEE/RS), e Técnico em Informática (Parecer 670/2007-CEE/RS).

A solidez da proposta pedagógica, conforme resultado da pesquisa de opinião realizada entre alunos e comunidade, classificou a Escola como uma das mais qualificadas da região. A conquista deste conceito, no cenário educacional de Santa Maria e região, foi fator determinante para que a Escola Santa Clara ampliasse, a cada semestre letivo, o seu número de alunos.

O significativo processo evolutivo ocorrido, até 2007, no entanto, foi interrompido no primeiro semestre de 2008 em decorrência de uma grave crise administrativo-financeira. Em razão disto, em 21 de maio de 2008, o Quadro Societário e o Contrato Social sofreram alterações, passando a razão social da empresa mantenedora a denominar-se de FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA LTDA e as mantidas a denominarem-se de FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA – FISMA e ESCOLA TÉCNICA FISMA, sendo que a mantenedora foi credenciada no MEC, por meio da Portaria nº 900, de 06 de julho de 2012.

A nova mantenedora ao assumir a gestão da instituição assumiu, também, a responsabilidade de equacionar a crise pré-falimentar, instalada em 2008, que se caracterizavam pelo acúmulo de um elevado passivo financeiro, acadêmico (nenhum dos seus cursos superiores era reconhecido pelo MEC) e de credibilidade junto à sociedade local e regional, fatos que contribuíram para o agravamento da crise. O

desafio da nova mantenedora, portanto, foi concentrar todas as ações e recursos disponíveis no desenvolvimento de um processo de gestão com o objetivo de, novamente, tornar a instituição viável.

A partir das modificações institucionais ocorridas, em 2008, a FISMA passou a desenvolver um trabalho muito intenso no sentido de reorganizar-se administrativamente e desenvolver seus cursos de graduação. Para tanto reformulou os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Administração, Enfermagem e Psicologia adequando-os às exigências dos tempos atuais e da legislação pertinente, bem como, às diretrizes curriculares nacionais.

É importante salientar que nesse período, a FISMA foi objeto de avaliações externas legais, resultando daí conceitos que estimularam a Faculdade a continuar percorrendo o caminho do desenvolvimento acadêmico para que seus Cursos se qualificassem, cada vez mais, no caminho indicado pela sua Missão.

No Programa de Desenvolvimento Institucional da época, foi planejada a ampliação do espaço físico necessário para atender o crescimento do contingente acadêmico. Para tanto, em 2014, a mantenedora, instalou no 5º e 6º andares da Policlínica Wilson Aita, junto ao Hospital de Caridade Astrogildo Cezar de Azevedo, a sua primeira unidade acadêmica fora da sede (Unidade I – Policlínica), que passou a abrigar o curso de Psicologia, hoje, com mais de 400 acadêmicos e a sua Clínica Escola de Psicologia, com 24 consultórios, onde os seus acadêmicos e professores realizam, aproximadamente, 1600 atendimentos comunitários/mês.

Com o mesmo objetivo, nos anos de 2015 e 2016, a mantenedora, que já possuía um prédio (tombado) - que pertenceu a Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea - adquiriu outro imóvel, na Vila Belga. No mesmo período, para os dois imóveis, elaborou, aprovou e licenciou dois projetos arquitetônicos, junto a Prefeitura Municipal de Santa Maria, visando o restauro, a ampliação e a adaptação, de ambos, para o desenvolvimento de atividades de ensino. Com a realização destes projetos, que deverão ter início, ainda, no primeiro semestre do corrente ano, a área física da Instituição será acrescida de, aproximadamente, 6.000 m², com a disponibilidade de ampliação da infraestrutura para a área administrativa e acadêmica da Instituição.

No decorrer dos anos foi desenvolvido um Programa de Desenvolvimento e Qualificação Institucional, com investimentos na melhoria e qualificação da

infraestrutura de apoio ao ensino, na qualificação do quadro docente e do quadro de colaboradores administrativo e, ainda, na modernização da gestão administrativa/financeira e acadêmica. Estes investimentos trouxeram como retorno, a obtenção de conceitos de qualidade satisfatória na avaliação Institucional e nas avaliações dos Cursos, realizadas pelo MEC. Também, proporcionaram uma significativa melhoria nos indicadores de qualidade da gestão. Também, como resultado, a Instituição conseguiu reposicionar-se no cenário da educação superior de Santa Maria e região, assumindo a terceira posição entre a Instituição de Ensino Superior de Santa Maria e a primeira posição entre as Faculdades. Ainda, conforme o Programa de Qualificação Institucional, em 2017, foi iniciado o processo de internacionalização da FISMA, a partir do convênio firmado com Universidade Fernando Pessoa, sediada na cidade do Porto, em Portugal, já, com ações em plena realização.

No cumprimento de sua missão, a FISMA desenvolveu-se a ponto de se tornar uma das mais importante Instituições de Santa Maria e região. O processo de gestão da IES viabilizou um crescimento economicamente viável e sustentável durante os últimos dez anos, o que gerou múltiplos impactos no cenário sócio econômico regional. Dentre estes, destacam-se no âmbito sua responsabilidade social: 1. Geração de emprego: a FISMA gera 155 empregos diretos e, aproximadamente, 600 empregos indiretos; 2. Contribuição com a formação cultural e profissional da população: mais de 800 pessoas, que concluíram um dos cursos superiores da IES e, mais 2.700 pessoas, que concluíram um dos cursos técnicos da Escola Técnica FISMA, experimentaram profunda transformação social e econômica; 3. Programas de acesso e permanência nos cursos: a FISMA, atualmente, mantém diversas condições que facilitam o acesso e a permanência de mais de 1.100 acadêmicos nos cursos superiores e o acesso de mais de 150 alunos nos cursos técnicos ofertados; 4. Prestação de serviço comunitário: com o maior contingente de estágios na área da saúde, com mais de 600 acadêmicos nas unidades de saúde de Santa Maria e região, sendo assim a FISMA presta uma significativa contribuição ao serviço público de assistência à saúde.

Portanto a FISMA consolida-se como uma Empresa Privada na área da educação com fins lucrativos, que agrega valor social, cultural e econômico a sua

comunidade, o que justifica o seu papel institucional de contribuir com o desenvolvimento humano da sociedade em geral.

1.2 NEGÓCIO

O negócio da FISMA é educação.

1.3 PROPÓSITO

Formar um profissional com capacidade e competência para transformar a sua realidade social e econômica, consciente da sua responsabilidade para com o desenvolvimento sustentável da comunidade em que está inserido.

1.4 MISSÃO

Formar indivíduos por meio da educação superior, tornando-os profissionais cidadãos capazes de buscar no trabalho o seu desenvolvimento social e econômico e de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

1.5 VISÃO

Ser reconhecida pela comunidade regional como a faculdade mais relevante na comunidade, por suas contribuições no desenvolvimento social, político, cultural e econômico, até o final de 2023.

1.6 VALORES

- Resiliência
- Comprometimento com a qualidade
- Responsabilidade Social
- Solidariedade
- Respeito à diversidade

- Ética
- Sociabilidade

1.7 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FISMA atua nas seguintes áreas do conhecimento do CNPq: Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

2 INSERÇÃO REGIONAL

Uma breve consideração sobre os aspectos geoeconômicos e educacionais do município de Santa Maria e da região central do Estado do Rio Grande do Sul, permite evidenciar a pertinência da missão institucional da Faculdade Integrada de Santa Maria.

Figura 1 - Localização geográfica do município de Santa Maria, RS



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_\(Rio_Grande_do_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Santa_Maria_(Rio_Grande_do_Sul)).

Com efeito, a localização geográfica privilegiada no centro do estado (FIGURA 1), o aporte cultural de múltiplas etnias e a histórica condição de entroncamento ferroviário, fizeram convergir variadas influências determinando o caráter comercial e cosmopolita do município.

A vocação acadêmica se deve à obra educacional pioneira de instituições confessionais, que foi mais tarde consolidada pelo eminente Prof. José Mariano da Rocha Filho, ao implantar a primeira universidade federal no interior do Estado. A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) passou a atrair um contingente cada vez maior de jovens em busca de ensino superior, propiciando o surgimento de outras instituições de ensino.

O município de Santa Maria conta, além da UFSM, com duas universidades privadas e quatro faculdades particulares que, em conjunto, ofertam anualmente cerca de 4.400 vagas em nível de graduação. A cada ano um contingente de cerca de 20.000 candidatos concorrem às vagas ofertadas, evidenciando uma demanda reprimida de mais de 15.000 pretendentes ao ensino superior. Destaca-se que em 2017 o ensino médio registrou um total de 323.999 matrículas, muito acima, portanto, do total de vagas ofertadas no ensino superior. Além destas, a região conta com outros dois campus universitários e com uma extensão universitária.

A população residente do município, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, é de 280.505 habitantes em uma área territorial de 1.778.121 km², com um Produto Interno Bruto (PIB) assim distribuído: agropecuária R\$99.204,00; Indústria R\$594.929,00 e Serviços: R\$3.314.676,00. Segundo a mesma fonte, a cidade consta com um total de 160 estabelecimentos de saúde em nível federal, estadual, municipal e privado.

Estas instituições oferecem para a comunidade cursos de graduação e habilitações, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento, bem como em nível de Pós-Graduação, vários cursos de especialização, mestrado e doutorado.

A UFSM e a URI são as instituições gestoras do Polo de Modernização Tecnológica da Região Central, cujas áreas de abrangência são a agropecuária, a indústria, a engenharia e de saúde.

A região também dispõe de um conjunto de centros de estudo e pesquisa, entre eles: o Centro de Pesquisa de Florestas e Conservação do Solo em Santa Maria, o

Centro de Pesquisas Espaciais (INPE), e o Centro de Pesquisa de Sementes em Júlio de Castilhos, bem como uma Estação de Pesquisa e Produção, no município de Tupanciretã.

A vocação acadêmica e a estrutura econômica de Santa Maria oferecem o suporte adequado às prementes necessidades por qualificação profissional nas mais diferentes áreas do conhecimento. Pelas questões postas Santa Maria se notabiliza pela formação de profissionais das mais diferentes áreas do saber. Esses egressos se espalham pelo Brasil ocupando postos de trabalho de alta relevância para o País.

Santa Maria passa, hoje, por uma transformação significativa e diz respeito à instalação de empresas de alta tecnologia na região tal, como por exemplo, a fábrica de blindados da KMW que entrou em operação em 2018, unidade do grupo alemão Krauss-Maffei Wegmann (KMW), destinada a atender a América do Sul.

Tem-se, também, a instalação da “Santa Maria Tecnoparque” (<http://santamariatecnoparque.com.br/institucional/>) com a missão de “promover o desenvolvimento regional sustentável, gerar oportunidades de desenvolvimento científico e tecnológico e disseminar a cultura de empreender e inovar” que já conta com 2 milhões de reais para a implementação de Centro de Desenvolvimento de Simuladores que atenderá as mais diferentes áreas, especialmente, a militar.

A região também é polo para o uso e o desenvolvimento de aeronaves não tripuladas (VANT) para emprego civil e militar, resultado de acordos internacionais de transferência de tecnologia para citar, apenas, algumas iniciativas que hoje justificam cada vez mais a formação de recursos humanos em todas as áreas de conhecimento.

2.1 REGIÃO DE ABRANGÊNCIA

A região de abrangência da FISMA vem se expandindo para além da região central, Na TABELA 1 se observa o contingente de municípios que constituem o entorno da Região Central do estado, sobre os quais o município de Santa Maria tem forte influência econômica e, especialmente, na formação de recursos humanos. Hoje a FISMA já conta com estudantes vindos de municípios dessa região, fato que credencia a Instituição como uma possibilidade real na formação de qualidade para os que aqui

vêm estudar.

Tabela 1 - Relação dos municípios que constituem a região de abrangência da FISMA

TOTAL DE HABITANTES			
Nº de ORDEM	MUNICÍPIOS	CENSO 2010	CENSO 2020
1	Alegrete	84.338	79.054
2	Arroio do Tigre	12.216	13.235
3	Barra do Quaraí	3.884	4.176
4	Bossoroca	7.757	6.953
5	Caçapava do Sul	34.643	34.676
6	Cacequi	15.311	13.834
7	Cachoeira do Sul	87.873	85.955
8	Capão do Cipó	2.556	3.318
9	Cerro Branco	4.297	4.639
10	Dilermando de Aguiar	3.200	3.144
11	Dom Pedrito	40.410	39.957
12	Dona Francisca	3.902	3.421
13	Estrela Velha	3.691	3.741
14	Faxinal do Soturno	6.841	6.871
15	Formigueiro	7.598	7.144
16	Garruchos	3.675	3.260
17	Itaara	4.578	5.268
18	Itacurubi	3.503	3.549
19	Itaqui	39.770	39.173
20	Ivorá	2.495	2.166
21	Jaguari	12.488	11.675
22	Jari	3.751	3.665
23	Jóia	8.284	8.629
24	Júlio de Castilhos	20.416	20.097
25	Lavras do Sul	8.109	7.862
26	Maçambará	5.035	4.845
27	Manoel Viana	6.995	7.333
28	Mata	5.575	5.198
29	Nova Esperança do Sul	4.010	4.962
30	Nova Palma	6.312	6.569
31	Novo Cabrais	3.565	4.045
32	Paraíso do Sul	7.212	7.615
33	Pinhal Grande	4.725	4.577
34	Quaraí	24.002	23.631
35	Quevedos	2.691	2.807
36	Restinga Seca	16.400	16.357
37	Rosário do Sul	41.058	40.825
38	Santa Margarida do Sul	2.176	2.469
39	Santa Maria	243.611	273.489
40	Santana do Livramento	90.849	83.702
41	Santiago	52.138	20.608
42	Santo Antonio das Missões	12.691	11.312
43	São Borja	64.869	63.194
44	São Francisco de Assis	20.810	19.621

45	São Gabriel	62.249	62.594
46	São João do Polêsine	2.745	2.657
47	São Luiz Gonzaga	39.553	35.344
48	São Martinho da Serra	3.246	3.303
49	São Nicolau	6.406	5.794
50	São Pedro do Sul	16.989	16.817
51	São Sepé	24.621	24.465
52	São Vicente do Sul	8.336	8.754
53	Silveira Martins	2.571	2.495
54	Toropi	3.196	3.007
55	Tupanciretã	20.947	23.314
56	Unistalda	2.644	2.497
57	Uruguaiana	126.936	129.504
58	Vila Nova Do Sul	4.263	4.359
	TOTAL	1.365.012	1.343.525

Fonte: IBGE/Cidades.

2.2 POTENCIALIDADES DA REGIÃO

A região apresenta um conjunto de potencialidades que poderão garantir uma melhor inserção da economia regional na economia do estado, melhorando a renda da população. Assim, busca-se aproveitar as potencialidades relacionadas às questões agrícolas, do comércio, do patrimônio histórico-cultural e educacional das cidades da região.

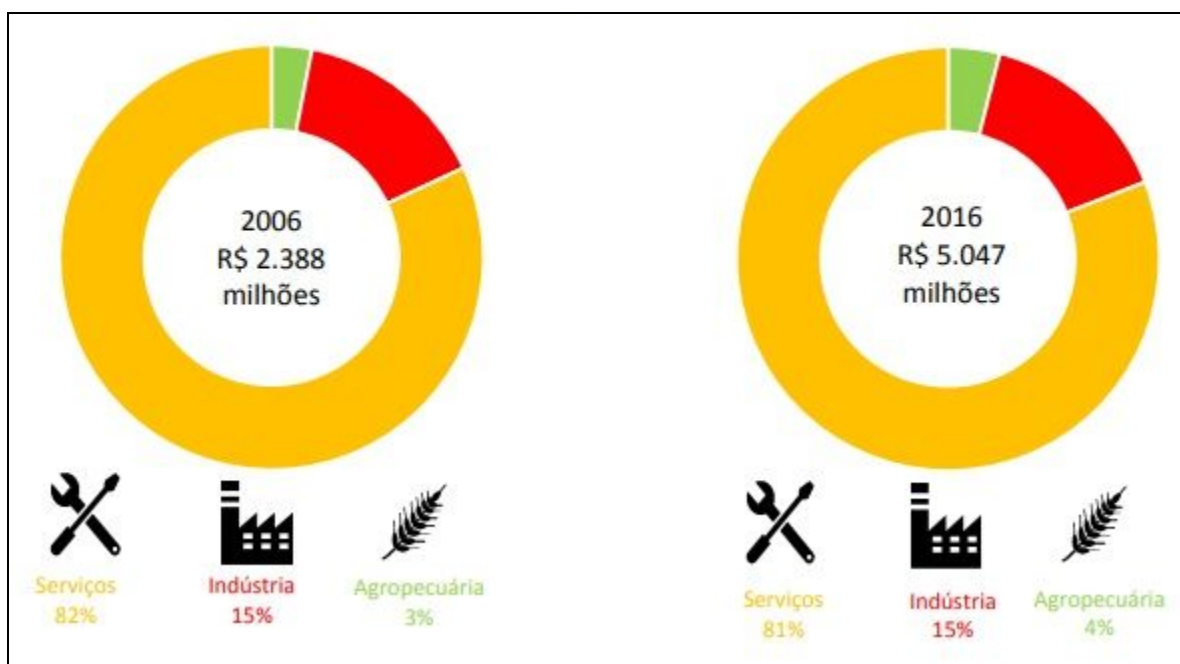
A região apresenta um conjunto de atrativos históricos, dentre os quais se podem citar a Vila Belga e o Complexo Ferroviário, ambos em Santa Maria, assim como as Missões Jesuíticas em municípios da Região, que representam importantes atrativos turísticos importantes. Destaca-se, também, o conjunto natural formado pela Mata Atlântica remanescente e o Sítio Paleobotânico (4^a Colônia, Mata, São Pedro do Sul), que além de atrativos naturais, possui um grande memorial cultural (museus, centro genealógico). O atrativo paleontológico se sobressai, especialmente no município de Mata, que possui um rico patrimônio natural de árvores petrificadas, com cerca de 200 milhões de anos, sem similar no mundo inteiro. Além disso, a existência de fósseis em Santa Maria e de pegadas de dinossauros no município de Faxinal do Soturno (localidade de Novo Treviso) constitui-se em um acervo de interesse científico, que pode ser potencialmente associado com atividades turísticas.

Outras fontes turísticas regionais são representadas pelo turismo rural, pelo

ecológico e pelo religioso. Atrelado a ambos, há de se mencionar o importante desenvolvimento da gastronomia local, bem a existência de uma rede hoteleira razoável, principalmente nos municípios de Santa Maria e Santiago.

A posição geográfica, associada à polaridade exercida historicamente pelo município de Santa Maria, fez com que o mesmo assumisse um papel significativo no setor de serviços, destacando a contribuição do valor agregado nas finanças municipais (FIGURA 2).

Figura 2 - Valor adicionado por setor 2006 - 2016



Fonte: http://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Santa_Maria.pdf

2.3 INTERAÇÃO DA FISMA COM A REGIÃO

A interação da FISMA com a sua região de influência ocorre, primeiramente, pela oferta de cursos de graduação, pós-graduação, e extensão. Com a oferta destes cursos, a Instituição visa a capacitar seu aluno e auxiliá-lo na inclusão no mercado de trabalho. Como fator facilitador está construindo, através de convênios, uma grande rede de relacionamento institucional envolvendo empresas e organizações públicas e privadas.

A construção desta rede de parceiros tem por objetivos: 1- oportunizar estágios curriculares e extracurriculares à comunidade acadêmica da FISMA; 2- criar

oportunidade de emprego aos acadêmicos, com forma de reduzir a evasão por incapacidade financeira; 3- disponibilizar aos parceiros conveniados a sua infraestrutura e os seus recursos humanos, visando à realização de projetos e prestação de serviços, de interesse recíproco; 4- potencializar os recursos para promover o desenvolvimento sustentável; e 5- oportunizar aos acadêmicos da FISMA uma diversidade de campos para estágio e para a realização das práticas disciplinares.

Com estas providências, a FISMA projeta ampliar e qualificar as suas potencialidades e, conseqüentemente, poder nos próximos anos desenvolver uma interação, ainda, mais efetiva com o seu entorno local e regional.

Para ilustrar a interação da Faculdade com a região temos a seguir exemplos de atividades, via projetos de extensão no ano de 2018 do Curso de Enfermagem, que entre outras citamos: a ação “Dia Mundial do Diabetes Mellitus: Educar para Prevenir” realizada nas Unidades Básicas de Saúde (USB); Estratégias de Saúde da Família (ESF) e na Praça Saldanha Marinho com o slogan “Todos juntos na luta contra o Diabetes”. Nessa atividade realizou-se a verificação de glicemia capilar, aferição de pressão arterial, distribuição de folders informativos e orientações e esclarecimentos às pessoas.

Já o Curso de Psicologia realizou “O Acompanhamento Terapêutico como Dispositivo para Construção de Redes de Cuidado em Saúde Mental” junto ao CAPS ad Cia do Recomeço tendo-se assim a articulação ensino-serviço com a finalidade de contribuir tanto na formação acadêmica como na execução dos objetivos do CAPS. Essa ação se destinou a pessoas com problemas de uso do crack, álcool e outras drogas que realizam atendimento no CAPS II ad Cia do Recomeço.

O Curso de Administração por sua vez realizou o “Ciclo de Debates em Administração” realizado com o Conselho Regional de Administração (CRA) com participação significativa dos professores e, especialmente, dos alunos. Essa atividade aproxima os alunos daqueles afazeres que não são estritamente acadêmicos, mas que já se relacionam com as ações da profissão.

O Curso de Gestão Comercial por sua vez, foram desenvolvidos eventos como o 1º e o 2º “Simpósio de Tecnologia em Gestão Comercial da FISMA”, onde empresários destacaram suas práticas de gestão na área comercial. Também foi

realizado um curso de extensão junto ao CDL do município de Restinga Seca, onde professores do curso capacitaram empresários sobre marketing e gestão de pessoas.

2.4 INFRAESTRUTURA REGIONAL

A Região Central é relativamente bem servida quanto ao sistema de rodovias. Passam pela região algumas das principais rotas rodoviárias de ligação do estado com os países do MERCOSUL e com as demais regiões do país, bem como, com a capital do estado e com o porto de Rio Grande – BR 153, BR 158, BR 287, BR 290; BR 392 – RS 149 e RS 348.

Conta ainda com um aeroporto, onde são oferecidos vôos para as principais capitais do país, bem como para municípios da região, e com uma malha ferroviária que atende a parte logística do setor produtivo do estado.

Santa Maria conta com a presença de duas barragens para geração de energia elétrica: a Barragem de Dona Francisca, no município de Nova Palma, com capacidade de geração de energia elétrica de 125MW e reservatório de 20km²; e a Barragem de Itaúba, no município de Pinhal Grande, com capacidade de geração de energia elétrica de 500MW e reservatório de 13,29km², ambas no Rio Jacuí.

3 OBJETIVOS PEDAGÓGICOS

A Faculdade Integrada de Santa Maria, como instituição educacional, tem por objetivos:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar indivíduos nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade regional e brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Formar indivíduos capazes de: questionar a realidade, formular problemas e buscar soluções, utilizando-se do pensamento lógico, da criatividade e da análise crítica;
- compreender a sua atuação profissional como o exercício de cidadania

consciente e crítica;

- compreender, de forma ampla e consciente, o processo educativo, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidades em que se processam;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;
- Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, mediante realização de programas, projetos, cursos e prestação de serviços, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na Faculdade;
- Apoiar e estimular iniciativas que promovam a integração do ensino superior com a pesquisa e a extensão universitária, visando a desenvolver a flexibilização do ensino superior por meio de métodos e práticas multidisciplinares.

4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA IES

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização administrativa da FISMA está em conformidade com o estabelecido no seu Regimento Geral. É constituída pelos seguintes órgãos:

- Diretorias (Diretoria Administrativa; Diretoria Financeira; Diretoria Acadêmica; Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão),
- Assessoria executiva (Assessoria de Direção),
- Colegiados (Conselho Gestor; Conselho Superior (ConSup); Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)),
- Apoio administrativo (Unidade de Controladoria Interna (UCI); Setor de Atendimento ao Estudante (SAE); Escritório de Processos (EP); Centro Integrado de Serviço, Ensino, Pesquisa e Extensão (CISEPE); Setor Jurídico);
- Apoio acadêmico (Comissão de Vestibular; Coordenação dos Cursos de Graduação; Coordenação Geral de Estágios; Setor de Apoio Pedagógico; Setor de Apoio Psicopedagógico; Núcleo de Acessibilidade; Setor de Documentação; Secretaria Geral).

Todos os órgãos têm seus regimentos próprios e sua composição está designada através de portarias próprias. Os regimentos internos desses órgãos fornecem seu devido status e sublinham sua contribuição central no processo educativo e de gestão institucional.

4.2 DIRETORIAS

As diretorias existentes da IES são:

- Direção Geral - A Direção Geral da Faculdade é o órgão que executa, coordena e superintende as atividades da Faculdade, sendo exercida pelo Diretor Geral e pelo Vice-Diretor. O Diretor Geral é nomeado pela Mantenedora, enquanto que o Vice-Diretor é nomeado pelo Diretor Geral. Ambos possuem mandato de quatro anos, permitida a recondução. O Diretor Geral será assessorado pelo Vice-Diretor, pelo Conselho Gestor, pelo Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Diretor Acadêmico e pelos Coordenadores de Cursos;
- Diretoria administrativa - é um órgão consultivo, normativo e deliberativo é constituída pelo Diretor Administrativo, nomeado pelo Diretor Geral;
- Diretoria Financeira - é um órgão consultivo, normativo e deliberativo, representado pelo Diretor Financeiro, nomeado pelo Diretor Geral;
- Diretoria Acadêmica - é um órgão que coordena, supervisiona e dirige a execução das atividades do ensino de graduação, de pós-graduação e de extensão, sendo constituída pelo Diretor Acadêmico e pelo Gestor Acadêmico. O Diretor Acadêmico é nomeado pelo Diretor Geral, e o Gestor Acadêmico é indicado pelo Diretor Acadêmico e nomeado pelo Diretor Geral;
- Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão - é o órgão responsável pela organização, implementação e funcionamento da pós-graduação, pesquisa e extensão na IES, sendo composta dos seguintes setores: Coordenações dos

Cursos de Pós-Graduação; Coordenadoria de Pós-Graduação; Coordenadoria de Pesquisa; Coordenadoria de Extensão; e Gabinete de Projetos.

4.3 ASSESSORIA EXECUTIVA

A assessoria executiva possui a função de assessorar a direção geral da IES em processos de secretariado, guarda e gestão de documentos oficiais e gestão de compromissos.

4.4 ÓRGÃOS COLEGIADOS

A participação nos órgãos colegiados se dá a partir da nomeação por portaria, emitida pela Direção Geral da IES, sendo que todos os colegiados mantêm representatividade dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, os quais são eleitos pelos seus pares. Destaca-se que as atribuições de cada órgão colegiado estão devidamente previstas e regulamentadas no Regimento Geral da IES. São eles:

- Conselho gestor - é um órgão de assessoramento da Direção, de natureza consultiva, constituído pelo: Diretor Geral; Vice-Diretor; Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Diretor Acadêmico; Assessor Jurídico; e Assessor Contábil. Os integrantes do Conselho Gestor são designados pelo Diretor Geral e homologados pela Mantenedora Faculdade Integrada de Santa Maria Ltda. A Presidência do Conselho Gestor é exercida pelo Diretor Geral, membro nato do mesmo. Sempre que convocado pela mantenedora. atua para assessorar a direção em decisões sobre assuntos que envolvam viabilidade e sustentabilidade econômica, administrativa, acadêmica e jurídica da IES.
- Conselho Superior - é o colegiado máximo para deliberações coletivas em assuntos de caráter administrativo e de definição da política geral da faculdade, e será composto do: Diretor Geral, como Presidente; Vice-Diretor; Diretor Administrativo; Diretor Financeiro; Assessor Jurídico; Diretor Acadêmico; Coordenadores dos Cursos; 1(um) representante da categoria Docente, por curso; 1(um) representante da categoria dos Técnicos Administrativos; e 1(um) representante dos discentes. A participação se dá a partir de reuniões convocadas pela Direção Geral, em caráter de convocação.
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - é o órgão superior deliberativo e consultivo para todos os assuntos de ensino, pesquisa e extensão, sendo integrado pelos seguintes membros: Diretor Geral, como presidente; Diretor Acadêmico; Coordenadores de Cursos de Graduação e de Pós-Graduação; 1 (um) representante do corpo docente, por curso; 1 (um) representante dos Diretórios Acadêmicos; e 1 (um) representante do corpo técnico- administrativo. O CEPE é assessorado pela Comissão de Legislação e Normas e pela Comissão de Pesquisa e Extensão, aos quais são encaminhados todos os

processos internos da IES que requererem parecer técnico respectivo a suas prerrogativas. A participação se dá a partir de reuniões pré-agendadas, com periodicidade mensal, onde processos são apresentados por uma relatoria e analisados pelo grupo, que emite parecer sobre o processo.

- Colegiado de Curso - é um órgão deliberativo e legislativo, no âmbito do curso, que trata de questões técnicas, pedagógicas e didáticas, nos limites de suas prerrogativas, sendo presidido pelo coordenador do respectivo curso de graduação ou pós-graduação. O colegiado de cada curso é constituído pelos seguintes membros: coordenador do curso, com formação na área (presidente); três (03) representantes dos professores com formação específica, eleitos por seus pares, e seus respectivos suplentes; e representação discente, constituída por 1 (um) membro titular e 1 (um) suplente, devendo os mesmos ser eleitos pela comunidade acadêmica do curso. A participação se dá a partir de reuniões semanais, pré-agendadas, onde são analisadas demandas do curso.

4.5 ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

- Unidade de Controladoria Interna (UCI) - é um órgão tem por objetivo assessorar a Direção Geral no acompanhamento, na orientação e na avaliação dos atos de gestão praticados no âmbito da IES.
- Setor de Atendimento ao Estudante (SAE) - é um elo entre o acadêmico e a FISMA, sendo um setor responsável por dar assistência ao estudante. Tem como objetivo primordial a busca de alternativas que auxiliem os acadêmicos a suprir dificuldades, sendo estas de cunho financeiro e também de adaptações sociais que possam interferir no seu acesso ou permanência na IES.
- Escritório de Processos (EP) - é o órgão que coordena as iniciativas de governança dos processos institucionais, e gerencia o portfólio de processos de trabalho considerados estratégicos para a IES.
- Centro Integrado de Serviço, Ensino, Pesquisa e Extensão (CISEPE) - constitui-se em um espaço acadêmico e multiprofissional, com o objetivo de desenvolver ações educacionais e de prestação de serviços especializados nas áreas de atuação da Faculdade e da Escola Técnica FISMA
- Setor Jurídico - é um setor que por objetivo de alinhar os objetivos e operações da IES com os dispositivos legais preestabelecidos, de forma que a Instituição tenha o seu desenvolvimento pleno.

4.6 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os setores a seguir relacionados são vinculados à Diretoria Acadêmica, para fins de administração do ensino, pesquisa e extensão:

- Comissão de Vestibular - À Comissão de Vestibular compete organizar e aplicar o Processo Seletivo para ingresso dos alunos nos Cursos da Instituição

cumprindo, assim, o que determina o Art. 49 do Regimento Geral que determina que o ingresso na Faculdade dar-se-á por Processo Seletivo e por Edital de Vagas. O edital para cada processo seletivo será publicado, com a devida antecedência, no qual deverão constar todas as informações tais como: vagas por curso, prazo de inscrição, documentação exigida, critérios de seleção, classificação, desempate e demais informações úteis. A forma de seleção e a maneira de efetivá-la serão propostas pela Comissão do Processo Seletivo e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

- Coordenação dos Cursos de Graduação - Os cursos de graduação serão coordenados por professores, com formação na área de conhecimento do curso específico, que serão indicados e designados por portaria exarada pelo Diretor Geral da Faculdade. O Coordenador de Curso, entre outras, exercer as seguintes atribuições: convocar e presidir as reuniões do colegiado de curso; analisar os planos de ensino das diversas disciplinas do seu curso e acompanhar a execução dos mesmos; orientar e aconselhar os alunos do curso no processo de matrícula; encaminhar, após aprovação do colegiado do curso, propostas de alteração de currículo para análise do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Cumprir e fazer cumprir o Projeto Pedagógico do Curso e zelar pelo bom andamento das atividades de ensino.
- Coordenação Geral de Estágios - Cabe ao Núcleo Gestor de Estágios, fortalecer a interação entre a Instituição e a comunidade empresarial, oportunizando a aplicação dos conhecimentos acadêmicos ao Mercado de trabalho, e a responsabilidade pela administração dos convênios celebrados para os programas de Estágios Curriculares obrigatórios e não obrigatórios junto às empresas e a formalização dos documentos legais entre as partes. As ações do Núcleo serão normatizadas e aprovadas pelos órgãos competentes da Instituição.
- Setor de Apoio Pedagógico - constitui-se no espaço de estudos e ações educacionais de apoio ao corpo docente visando a aprofundar seus conhecimentos relativos ao processo ensino-aprendizagem possibilitando-lhes melhor desempenho em sala de aula e um melhor aproveitamento por parte dos alunos.
- Setor de Apoio Psicopedagógico - é responsável pela organização e o desenvolvimento de serviços de acompanhamento ao corpo discente, visando a qualificação dos processos de aprendizagem dos mesmos. O Setor busca proporcionar um ambiente acolhedor e estimulador, no qual os discentes possam expor suas dificuldades, barreiras, angústias e sentimentos com relação ao seu processo de aprendizagem e receber orientações de como potencializar sua aprendizagem, organizar-se para o estudo, otimizar seu tempo, entre outras questões que possibilitem tornarem-se agentes do seu processo de aprendizagem e ter sucesso na sua jornada acadêmica.

- Núcleo de Acessibilidade - tem por finalidade pesquisar, apoiar e orientar a comunidade acadêmica sobre o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, de caráter permanente ou temporário, estando de acordo com as políticas inclusivas. Busca possibilitar condições de acessibilidade aos discentes, docentes, funcionários técnico-administrativos e público em geral que mantém contato com a Instituição para que tenham as condições de acesso e permanência de qualidade, para que possam exercer suas atividades e funções com autonomia e segurança.
- Setor de Documentação - é o órgão responsável pelas atividades referentes ao registro, guarda de documentos e controle acadêmico. O Setor de Documentação é subordinado à Diretoria Acadêmica e tem como responsável o Secretário Acadêmico. Entre as principais atividades do Setor de Documentação pode-se citar: apoiar as Coordenações de Cursos na realização das matrículas; lançar as matrículas efetuadas pelas Coordenações de Curso nos períodos previstos pelo Calendário Acadêmico; preencher os dados solicitados pelo MEC para informação do Censo da Educação Superior, ENADE e do Cadastro Docente; analisar e conferir a documentação e a integralização curricular dos prováveis formandos dos Cursos de Graduação; elaborar as atas de colação de grau e registro de certificados acadêmicos; emitir certificados de Conclusão, Diplomas e Históricos escolares para os alunos formados; zelar pelo sigilo de informações do setor e de assuntos de interesse da Faculdade e pelo patrimônio da Faculdade.
- Secretaria Geral: Secretaria de Graduação e de Pós-Graduação - tem como função assessorar aos coordenadores dos Cursos de Graduação bem como organizar e acompanhar as atividades de ensino em seus aspectos administrativos e pedagógicos. A Secretaria dos Cursos de Graduação da FISMA está subordinada à Diretoria Administrativa, no que se refere às atividades administrativas gerais e à Diretoria Acadêmica nos aspectos pedagógicos e administrativos do ensino. Entre outras atividades cabe destacar as de assessorar as coordenações dos cursos nos processos de matrícula; entregar e receber os diários de classe após o término das aulas e manter a organização dos murais dos Cursos de Graduação tendo como uma tarefa muito importante a de atender aos estudantes que se dirigem a Secretaria em busca de informações.

5 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS

5.1 PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E DA *PRÁXIS* PEDAGÓGICA

A Faculdade Integrada de Santa Maria - FISMA - se propõe a formar sujeitos críticos, criativos, participativos, conscientes dos valores morais e éticos e que possam contribuir para a construção/reconstrução de uma sociedade com dignidade e liberdade, capazes de uma atuação autônoma no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais. Sendo assim, se propõe a formar um aluno não visando apenas o mercado de trabalho, mas também apto a enfrentar os desafios da vida em sociedade.

Acredita, por meio do seu comprometimento com a educação, contribuir para uma sociedade mais justa, democrática, solidária, respeitando uma cultura pluralista, pautada nos princípios éticos e no respeito à diversidade.

A FISMA assume assim, uma perspectiva crítica, inspirada nos princípios da dialética partindo de uma concepção de homem como um ser concreto, situado no tempo e no espaço, inserido num contexto social, político, econômico e por conseguinte histórico.

Para essa concepção de homem busca nas contribuições de Vygotsky a ideia de que o ser humano é um ser em permanente desenvolvimento e é por meio do outro que se desenvolve e se humaniza. A discussão desses pressupostos leva a instituição a assumir uma proposta fundamentada nos princípios da dialética.

A perspectiva sócio-histórica, na percepção de Vygotsky, concebe o homem, num sentido amplo, como um ser dotado de cultura e história que lhe são anteriores e que cabe a esse ser, num processo interativo mediatizado por trocas interpessoais com outros membros de sua espécie, se apropriar, produzir e reproduzir a sociedade a qual pertence.

Nessa perspectiva o educador passa a ser visto como um sujeito comprometido com a sociedade de seu tempo, que assume o compromisso por uma educação de qualidade o que implica em lutar por uma maior independência do aluno em formação, para que este possa participar na construção de uma sociedade melhor, mais justa e democrática.

Que o professor seja um sujeito pensante, crítico, que questiona o tipo de educação que está desenvolvendo. A quem está beneficiando, ou seja, se está visando à manutenção da sociedade como está ou se está preocupado com uma educação

mais voltada para a realidade global, objetivando a formação de um profissional apto a refletir e produzir novos conhecimentos acerca da sua prática profissional.

Neste contexto , o professor deve transcender o espaço de sala de aula, sendo capaz de fazer as devidas relações entre o saber sistematizado e o contexto de vida. Deve ser capaz de desenvolver no aluno competências analíticas utilizadas para o enfrentamento das situações de maior complexidade profissional. O professor é, nesta concepção, o mediador da relação entre a sociedade, mundo do trabalho e o aluno, utilizando -se da ciência como pilar de sustentação desta relação. Neste cenário didático , é possível que os alunos sejam capazes de construir, modificar e ampliar seus conhecimentos, tornando-se sujeitos de sua aprendizagem.

Sendo assim, busca-se a superação de uma ação docente embasada em pressupostos de um paradigma conservador, que sofre forte influência do pensamento newtoniano-cartesiano. O desafio que se coloca é buscar caminhos alternativos para que os professores possam ultrapassar esta abordagem positivista, que caracteriza um ensino fragmentado e conservador, cujo objetivo é a reprodução do conhecimento. Busca-se outra dimensão, caracterizada como inovadora que tem como eixo central a produção do conhecimento, propondo uma ciência que supere a fragmentação em busca do todo.

Busca-se, assim, uma proposta pedagógica transformadora da realidade natural e humana, estabelecendo uma relação dialética da teoria e da prática, aqui denominada de práxis pedagógica.

A instituição se propõe a continuar investindo na formação continuada, buscando a formação de um professor reflexivo, que seja um profissional consciente do seu papel, que critica e desenvolve teorias sobre sua própria prática na medida em que reflete sozinho e coletivamente na ação e sobre ela. Um profissional capaz de gerir situações de aprendizagem com clareza sobre seus objetivos e determinantes.

Nessa nova maneira de compreender o trabalho docente, busca-se valorizar os saberes e experiências do professor enquanto elemento que está realmente inserido na realidade da instituição e ao mesmo tempo ampliar tais saberes à medida que o próprio professor se debruça sobre seu fazer procurando compreendê-lo e redimensioná-lo.

Segundo Pimenta e Ghedin (2002, p.135)

Fundar e fundamentar o saber docente na práxis (ação-reflexão-ação) é romper

com o modelo “tecnicista mecânico” da tradicional divisão do trabalho e impor um novo paradigma epistemológico capaz de emancipar e “autonomizar” não só o educador, mas olhando-se a si e a própria autonomia, possibilitar a autêntica emancipação dos educandos, não sendo mais um agente formador de mão-de-obra para o mercado, mas o arquiteto da nova sociedade, livre e consciente do seu projeto político.

A lógica da complexidade, como também é conhecida, parte do entendimento de que a prática pedagógica está constantemente em construção. É no movimento prática-teoria- prática que a prática pedagógica se constrói. Isso acontece no momento em que o professor reflete sobre sua ação identificando problemáticas e aspectos incoerentes e, subsidiando-se de teoria, levanta hipótese para o enfrentamento da situação, à ela retorna tentando validá-las e, por fim, retoma uma atitude de análises que busca desenvolver uma síntese do processo, sistematizando aí um conhecimento originado da própria ação, num movimento crescente e intenso de ação-reflexão-ação.

O professor reflexivo ou pesquisador como vem sendo chamado, é então um professor que tenta tomar as rédeas do seu próprio fazer buscando superar a postura passiva: à medida que reflete na e sobre sua ação o professor desenvolve saberes e vai, paulatinamente, podendo compreender, relacionar, criar, optar e argumentar sobre suas próprias ações.

Segundo Behrens (2009, p. 14) para alicerçar uma prática pedagógica que atenda a um paradigma emergente, aparece a necessidade de inter-relacionar contribuições significativas e relevantes de várias correntes pedagógicas inovadoras, e que, neste momento histórico, aponta para uma aliança entre a abordagem progressista, a abordagem sistêmica e a abordagem do ensino com pesquisa.

A FISMA concebe sua educação em uma perspectiva crítica -reflexiva que enfatiza a ação educativa como transformadora, inspirada, como já citado anteriormente, nos princípios da dialética. Numa perspectiva de educação o conhecimento passa a ser integrado pelo trabalho interdisciplinar e pela contextualização, privilegiando, assim, a construção de conceitos e a apreensão crítica da realidade. O conteúdo deixa de ser visto como um fim, mas sim como um meio para desenvolver competências que aplicadas ao mundo do trabalho resultem em efetividade no trabalho.

5.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

A FISMA tem sua organização didático-pedagógica pautada inicialmente pelo preceito legal que determina como um Curso de Graduação se constitui. Em um primeiro momento se observa aquilo que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9.394/96 ao tratar do Ensino Superior, o que preconiza a Lei do Exercício Profissional que regulamenta o exercício da profissão e, especialmente, as Diretrizes Curriculares para os Cursos.

Com a Diretriz se tem os parâmetros para a seleção dos conteúdos com base nos temas que sugerem as áreas de conhecimento que fazem parte da formação do egresso do Curso. As propostas do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) aliada ao “Perfil do Egresso” determinado pelo Núcleo Docente Estruturante e o Colegiado de cada Curso determinam as especificidades que orientarão a seleção dos conteúdos que conformam as unidades curriculares (disciplinas) que constituíram a Matriz Curricular do Curso.

O PPC construído com a participação da comunidade acadêmica é desenvolvido pelos professores para que ele seja cumprido conforme foi planejado. Para tanto, o trabalho da Coordenação, do Colegiado de Curso e do NDE são importantes no acompanhamento da execução de todas as atividades propostas no projeto do curso. A essa participação acrescenta-se o trabalho da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que realiza a avaliação do Curso e a avaliação do desempenho do professor em sala de aula.

A ação docente e discente daí decorrente deve se fundamentar em preceitos metodológicos que atendam as necessidades atuais em termos de formação de profissionais para o mundo do trabalho em constante transformação, portanto, não se podem ignorar as relações existentes entre o método e a lógica dialética do processo de ensino aprendizagem e suas decorrências político-pedagógicas para a prática docente.

O método de ensino deve ser visto como o caminho pelo qual se promova uma ação pedagógica consciente, organizada, reflexiva e crítica com a finalidade de tornar o trabalho docente e discente mais produtivo para o alcance das metas desejadas e

necessárias para o pleno desenvolvimento dos educandos.

A perspectiva interdisciplinar frisa a importância da interdependência da interação da comunicação entre as disciplinas e busca trabalhar o conhecimento de modo harmônico e significativo para tanto a postura do professor enquanto mediador do processo de ensino é fundamental, pois ele deve “pensar” interdisciplinarmente e estar constantemente articulado com os demais professores.

Neste contexto, a FISMA concebe a sala de aula como um âmbito que conjuga a problematização de situações da realidade, o desenvolvimento de conhecimentos e a consolidação dos saberes nos contextos vividos, com uma dinâmica cíclica de construção. Assim, a sala de aula pode ser compreendido como um espaço de diversificação das práticas pedagógicas. Nela o processo educativo possibilita múltiplas opções metodológicas ao professor.

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, terá caráter formativo, devendo ser concebida como diagnóstica, contínua, inclusiva e processual. Compete ao professor da disciplina, ou outra modalidade de desenvolvimento de estudos que a Faculdade venha a adotar, avaliar o desempenho do aluno por meio de atividades que inter-relacionem teoria e prática e outras modalidades de verificação previstas no plano de ensino, bem como lhes atribuir notas em escala de 0 a 10 (zero a dez). Considera-se aprovado o acadêmico que obtiver, no mínimo, média final 7,0 (sete), de acordo com os critérios de avaliação de desempenho estabelecidos no PPC do Curso, em conformidade com a Lei 9.394/96. O acadêmico que não alcançar a média final 7,0 (sete) poderá submeter-se a uma avaliação suplementar, no formato de prova presencial individual e abrangerá todo o conteúdo curricular da disciplina. Demais providências e regulamentações, estão amplamente desenvolvidas no guia acadêmico da IES, e demais dispositivos complementares que poderão se aplicar de modo peculiar a cada Curso.

Em relação ao Ensino a Distância - EAD, os PPCs deverão prever a implantação do Ensino a Distância - EAD nos limites previstos em lei. tem-se que a concepção teórica que fundamenta as metodologias de ensino e a avaliação discente do ensino presencial, será mantido. Aplica-se neste caso a formatação de mecanismos diferenciados quanto a ferramentas e instrumentos , espaço e tempo , respeitando as

particularidades desta modalidade, sendo que para fins de gestão pedagógica , acadêmica e administrativa, tem-se como base os documentos regulatórios, específicos para esta modalidade, devidamente instituídos pela IES.

5.3 POLÍTICAS DE ENSINO

Vivemos hoje a sociedade da informação que traz consequências significativas nas trocas sociais e, especialmente, aquelas relacionadas às interações entre professores, alunos e instituições de ensino. As intensas transformações surgem com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação que tecem uma rede que une quase que instantaneamente as pessoas. O mesmo não se pode afirmar em relação à sala de aula já que existe aí um descompasso na velocidade com que os fatos ocorrem. Tem-se assim uma crise paradigmática e para ela deve convergir todo o esforço no sentido de unir os dois ‘mundos’ trazendo o melhor de cada um deles para o processo educacional.

O mundo está passando por uma grande transformação digital, com a presença cada vez mais forte de novas tecnologias em todos os momentos de nossa vida. A educação precisa andar junto a essa transformação, aderindo a essas tecnologias e implementando-as dentro de sala de aula, capacitando o corpo docente de forma a tornar o aprendizado dos alunos mais interessante e dinâmico.

Neste sentido, todo o esforço da instituição de ensino deve estar voltado para o cumprimento dos objetivos de formação profissional propostos no Projeto Pedagógico do Curso. Para tanto, se deve buscar nas novas tecnologias de informação e comunicação, a viabilidade de um trabalho docente capaz de desenvolver a capacidade cognitiva do estudante, tornando-o, assim, um sujeito capaz de se adequar às novas exigências do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Os princípios teórico–metodológicos norteadores das ações dos serviços educacionais da FISMA orientam-se para o ensino, para a pesquisa, por meio da iniciação científica e para a extensão, com programas específicos. No ensino, o foco está centrado no aluno, de forma participativa, de modo a proporcionar a aquisição do perfil definido, em cada curso, tornando indispensável a capacidade de análise crítica com responsabilidades sociais, políticas e ética. Na iniciação científica, o enfoque

volta-se para a investigação exploratória, descritiva e explicativa da realidade, com sentido de ampliar o entendimento e de contribuir para as áreas de abrangência dos cursos. Na extensão, o objetivo é possibilitar interface permanente da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio de conhecimentos, informações e prestação de serviços, na busca do benefício mútuo.

Assim, tendo em vista o entendimento acima, bem como, os propósitos da missão e da visão institucional, delineiam-se como objetivos para atender a política de ensino da FISMA:

- Potencializar um ensino que vise a aprendizagem significativa, com a utilização das metodologias ativas e tecnologias aplicadas à educação;
- Facilitar o desenvolvimento de um processo educativo interdisciplinar contextualizado a partir das necessidades regionais;
- Desenvolver o ensino de modo a valorizar a cultura do empreendedorismo, do relacionamento humano e da ética;
- Ampliar mecanismos de acompanhamento aos discentes (psicológico, pedagógico, psicopedagógico, cognoscente);
- Ampliar mecanismos de acompanhamento, formação continuada e inserção dos egressos da instituição ao mundo do trabalho;
- Estimular a autonomia e a participação discente junto aos colegiados, diretórios e em outras atividades institucionais;
- Manter os projetos pedagógicos dos cursos condizentes com a legislação vigente e com as demandas sociais;
- Garantir a qualidade da Educação Superior;
- Respeitar a diversidade e pluralidade de pensamento;
- Viabilizar uma proposta pedagógica alicerçada na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; fortalecimento das bases científicas, tecnológicas e de inovação;
- Estimular a produção, divulgação e socialização do conhecimento específico;
- Fortalecer os cursos de graduação;
- Assumir, cada vez mais, o compromisso com a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania plena;

- Busca da excelência acadêmica;
- Realizar a capacitação inicial e continuada de docentes e dos funcionários técnico-administrativos para desenvolver adequadamente as atividades acadêmicas;
- Modernizar a oferta dos cursos de graduação com a utilização de recursos tecnológicos de diferentes níveis de complexidade;
- Aperfeiçoar o programa de autoavaliação dos cursos de graduação em conjunto com a CPA;
- Estimular o aprimoramento docente para o uso de novas tecnologias aplicadas ao ensino.

5.4 POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A iniciação científica, definida como princípio educativo, constitui-se no desafio essencial da FISMA e da educação nos tempos atuais. Visando a integração maior entre a Instituição e o meio onde está inserida, projeta-se que a IES deve ser elemento para o desenvolvimento de sua região. O envolvimento de uma instituição em seu meio, define a sua vocação e a caracteriza como comprometida com a realidade social da qual faz parte, e a compromete em manter, produzir e renovar conhecimentos, proporcionando educação formativa e permanente à população e através disso, aproximar a formação do profissional aos anseios da sociedade e das exigências do mundo de trabalho.

Com o intuito de operacionalizar a pesquisa no ano de 2017 foi implantada a Diretoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e regulamentada a Iniciação Científica no âmbito da FISMA.

Embora a FISMA, pela legislação vigente, não seja obrigada a realizar pesquisas busca, todavia, incentivar docentes e discentes a realizarem, visando ao fortalecimento da Instituição. Para atender a esta demanda a FISMA está implantando o PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA já aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão-CEPE, através do qual oportuniza professores e alunos desenvolverem projetos de pesquisa com regulamentos e normas específicas.

A Iniciação Científica é uma ferramenta que possibilita envolver alunos no

desenvolvimento de projetos de pesquisa sob a orientação de um professor. Essa iniciação possibilita ao aluno a oportunidade de conhecer e aplicar o método científico, estudar determinadas áreas de interesse, também incentiva a participação em congressos e eventos que promovam discussões e reflexões sobre sua área de estudos e sua futura área de trabalho, além de preparar o aluno para prosseguir seus estudos em nível de pós-graduação. Deste modo, a participação em projetos de pesquisa possibilita o desenvolvimento da maturidade, responsabilidade, crescimento profissional e pessoal do aluno, que, sem dúvida, estará um passo à frente em relação à visão de mundo e organização pessoal. Assim, a FISMA busca com o envolvimento do aluno em projetos de pesquisa melhorar seu rendimento em sala de aula, aumentar a capacidade de concentração e organização, desenvolver o espírito crítico e a criatividade do aluno, fatores que são diferenciais competitivos em qualquer área de atuação em qualquer profissão.

Tendo em vista a importância que a FISMA vislumbra em fazer que o aluno esteja envolvido em Pesquisa-Ensino-Extensão e a busca pelo desenvolvimento de conhecimentos gerados na instituição, delineiam-se suas diretrizes:

- Priorizar a pesquisa como princípio educativo; na flexibilização curricular em consonância com as linhas de iniciação científica de cada curso;
- Fortalecer a articulação entre pesquisa, ensino, extensão na graduação e pós-graduação tendo como foco as demandas sociais, necessidades locais e regionais;
- Organizar e apoiar eventos para disseminação, construção e (re)significação de saberes impactantes nos problemas socioculturais;
- Estimular, cada vez mais a participação dos docentes em projetos de pesquisa nas áreas de conhecimento de atuação da FISMA por meio do Programa de Iniciação Científica (PIC);
- Fortalecer as atividades inerentes a Diretoria de Pós-Graduação e Extensão;
- Sensibilizar a comunidade da Faculdade em relação à importância que representa uma Pós-graduação forte e abrangente e um quadro docente qualificado no atual contexto dos requisitos para a captação de recursos orçamentários e extras orçamentários;

- Alicerçar a decisão de implantação de cursos de pós-graduação em resultados de pesquisas, que identifique as demandas e o perfil exigido pelo mercado.

5.5 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

O conhecimento trabalhado na Extensão deve articular conteúdos de caráter técnico, humanístico e ético; ou seja, preparar o indivíduo tanto como um ser profissional e técnico como um ser social, que se relaciona com a sociedade. Este processo forma uma relação de mão dupla, na medida em que, por um lado, o conhecimento produzido e trabalhado na Universidade afeta as experiências e modos de vida das pessoas, por outro lado, os “conhecimentos populares” afetam e contribuem para o desenvolvimento do “conhecimento científico”. Assim, a Extensão deve articular o conhecimento científico com o conhecimento popular, numa troca em que ambos são favorecidos.

No Plano Nacional de Extensão Universitária a extensão é considerada uma forma de interação que deve existir entre a Instituição de Ensino e a Comunidade na qual está inserida, isto é, é uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade e que funciona como uma via de mão dupla, em que a Instituição leva conhecimentos e/ou assistência à Comunidade, e recebe dela influxos positivos como retroalimentação, tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprende com o saber dessas comunidades.

Considera-se que o que ocorre, na realidade, é uma troca de conhecimentos, em que a faculdade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa Comunidade, criando um Senso Comum entre Ciência, Crítica e Filosófica .

Assim com a aquisição deste conhecimento e valores é possível planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando os valores e a cultura da comunidade em que se insere, pois através da Extensão a Instituição de Ensino influencia e também é influenciada pela Comunidade, ou seja, possibilita uma troca de valores entre a instituição e o meio. Não deixando de considerar que as atividades de extensão devem ocorrer de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa.

A Política de Extensão da FISMA para o período de 2019-2023 é um instrumento sinalizador de propósitos que a Instituição torna público e que se destina a orientar seus recursos humanos na previsão, execução e avaliação de ações voltadas à formação de um profissional cidadão e ao atendimento de demandas da sociedade.

Com o intuito de consolidar a política de extensão, foi criado o Programa de Iniciação em Extensão e o Regulamento de Extensão, ambos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e regulamentados em 2017. Sua concepção orienta-se pelos critérios legais da indissociabilidade das áreas do ensino, pesquisa e extensão, que objetiva proporcionar à sociedade brasileira aportes de conhecimentos destinados a superar os entraves de seu desenvolvimento. Do mesmo modo, em uma mão dupla que se estabelece, recebe da sociedade contribuições de suas vivências cotidianas e experiências acumuladas historicamente por seus membros, as quais devem ser agregadas às atividades do ensino e aos programas de pesquisa.

Considera como mérito todos os esforços da comunidade acadêmica para estender saberes e realizar uma efetiva interação com a comunidade, priorizando ações voltadas à melhoria das condições de vida e bem-estar da população. Nesse sentido, como parte de uma realidade maior que é a meta de reconhecimento público das IES plurais, democráticas e de qualidade, a área de extensão é o canal institucional de diálogo com a sociedade, de retroalimentação dos programas de pesquisa e de oportunidade para colocar a Instituição frente às realidades sociais. Por isso, necessita ter muito claro esse papel, devendo sua política de ação atender objetivamente aos reais interesses da sociedade.

Deste modo, orientados substantivamente por tal política, aos atores institucionais cabe estabelecer as tarefas de planejamento, de registro, de inserção e de avaliação, que em última análise cumprirão a missão da Instituição. No resultado destas tarefas, a “extensão universitária”, entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de maneira indissociável, deve viabilizar a relação transformadora entre as IES e a sociedade.

A partir desta perspectiva a FISMA, contando com o suporte dos conceitos, princípios e diretrizes da extensão universitária brasileira, se propõe a formular e executar suas ações de extensionistas. No âmbito institucional, apoiado pela DIPPEX,

visa alcançar os seguintes objetivos:

- Apoiar os movimentos sociais que atuam no encaminhamento da solução de demandas da sociedade local e regional;
- Aprofundar o relacionamento institucional entre a FISMA e as comunidades atingidas pelas ações de pesquisa /extensão;
- Fomentar novas iniciativas de iniciação científica e extensão, mediante a realização de ações, por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos;
- Concentrar, prioritariamente, esforços de trabalho para o atendimento das demandas relativas ao desenvolvimento social da área de abrangência da FISMA;
- Fomentar a captação de recursos externos, via projetos de extensão e de prestação de serviços, visando à ampliação da estrutura laboratorial disponível na Instituição e qualificar o ensino de graduação e de pós-graduação;
- Identificar oportunidades para encaminhamento de projetos institucionais;
- Planejar e auxiliar as equipes executoras dos respectivos projetos, na qualificação e adequação dos projetos aos objetivos dos editais ou diretrizes dos organismos fomentadores;
- Registrar e acompanhar o andamento dos projetos submetidos junto aos organismos fomentadores;
- Incentivar de grupos de extensão e a sua interação com grupos consolidados e em outras Instituições de Ensino, Centros de Pesquisa nacionais e Internacionais;
- Fomentar e apoiar iniciativas à promoção de eventos científicos, extensionistas, educacionais, culturais e de integração acadêmica;
- Aprimorar mecanismos de interação entre os programas de pesquisa/extensão/ prestação de serviços da FISMA, com setores produtivos empresariais e com o setor público para transferência e aplicabilidade dos conhecimentos acumulados ou gerados na Instituição;
- Inserir a Educação Ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes das atividades extensionistas;

- Implantar a curricularização da extensão considerando a interdisciplinaridade e interprofissionalidade de modo a causar impacto na formação do estudante e na transformação social da comunidade local;
- Estabelecer princípios e indicadores para avaliação da extensão universitária;
- Definir critérios para o acompanhamento e a análise dos resultados da avaliação da extensão, por todos os segmentos envolvidos;
- Elaborar uma metodologia de avaliação da extensão, com a identificação dos instrumentos necessários ao processo de avaliação (o que se quer avaliar; o grau e quantidade do planejado e do executado; o alcance e impacto das ações junto ao público beneficiário);
- Estabelecer as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão previstas;
- Indicar a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão, com o detalhamento das estratégias e dos indicadores que serão utilizados para cumprir as disposições conceituais fundamentais da extensão, tornando permanente a avaliação institucional das ações de extensão, como parâmetro de avaliação da própria instituição;
- Organizar em 2020 a estrutura da Coordenação de Extensão vinculada à Diretoria de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão - DIPPEX.

5.6 POLÍTICAS DE GESTÃO PEDAGÓGICA

A Gestão pedagógica relaciona-se a uma atuação que foca em promover a organização, mobilização e articulação das condições essenciais para garantir o avanço do processo socioeducacional das instituições de ensino e possibilitar que elas promovam o aprendizado dos estudantes de forma efetiva.

Visando desenvolver a Política de Gestão Pedagógica da FISMA, tem-se os seguintes objetivos:

- Qualificar a atividade docente, objetivando dar excelência ao ensino na faculdade, com foco na transformação das práticas;

- Proporcionar apoio pedagógico aos professores;
- Consolidar os princípios definidos no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI;
- Qualificar a formação continuada dos professores no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão;
- Acolher e capacitar o professor ingressante quando da sua inserção na Faculdade;
- Articular a formação e a Assessoria Pedagógica com a avaliação interna e externa, nas suas diferentes dimensões;
- Promover a troca de experiências entre professores;
- Estimular diferentes grupos (cursos, programas, departamentos) para a oferta de atividades que visem à formação de seus integrantes;
- Criar e implementar metodologias ativas no âmbito dos curso, com ênfase na inovação e tecnologia aplicada;
- Articular as concepções, estratégias métodos e conteúdos no ambiente educacional;
- Definir as metas necessárias para otimização dos processos pedagógicos.
- Conseguir fazer com que os profissionais de ensino e a comunidade acadêmica assumam esse compromisso como seu o objetivo de melhorar a educação;
- Despertar no professor a vontade de ensinar e no aluno a vontade de aprender;
- Avaliar o trabalho pedagógico exercido por professores e praticados na instituição;
- Estabelecer formas de envolver mais os docentes na educação;
- Criar um ambiente estimulante e motivador para a comunidade escolar.

6 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO

Através da responsabilidade social a Instituição de Ensino Superior se compromete do ponto de vista social, com a própria comunidade universitária e com o país em que se insere.

O papel da responsabilidade social no ambiente dos cursos superiores pode ser entendido pelas palavras de Adriana Cambuí, 2010.

Ao se pensar na construção de um mundo mais justo, a educação exerce um papel fundamental na formação da cidadania. Ela deve ser entendida como a mola propulsora para tornar o indivíduo mais crítico e consciente, capaz de compreender seu papel na sociedade e atuar efetivamente na perspectiva de transformá-la. E dentro deste contexto, a responsabilidade social universitária é de extrema relevância no sentido de difundir um conjunto de princípios e valores a partir de atividades que integralizam a tríade do conhecimento: ensino, pesquisa e extensão.

A FISMA, que se caracteriza por sua identificação com o local e a região, onde vem se consolidando como uma instituição que fornece referência de valores, conceitos, inovações e, também, como dinamizadora do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, as IES como a FISMA podem constituírem-se em dínamo das comunidades locais, fundamentalmente por ações de difusão de conhecimento, vinculadas a áreas com alguma expertise institucional, ou ainda, a iniciativas de pesquisa de temas ou problemas locais explorados por programas de iniciação científica. Esta estratégia amplia a identificação da instituição com a comunidade e com os problemas locais, oportunizando o seu maior envolvimento com a sociedade, através da realização de práticas de extensão e de pesquisa.

Responsabilidade Social Universitária se resume na capacidade que tem a Instituição de Ensino Superior de difundir e colocar em prática um conjunto de princípios e valores, por meio de quatro processos essenciais: gestão, docência, pesquisa e extensão, comprometendo-se assim, do ponto de vista social, com a comunidade universitária e com o próprio país.

Frente a este contexto social, a Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA), desde o período do seu último PDI (2014 – 2018), vem incorporando na sua missão a consciência de sua responsabilidade social. Em razão disto, tomou a decisão política de interagir com a sociedade local, regional e nacional, através de proposições de ações de cidadania, que mobilize o conhecimento conquistado ao longo do ensino superior, como forma, mais eficiente de solucionar os verdadeiros problemas sociais.

Quando se fala em Responsabilidade Social, é preciso assumir de fato o seu papel diante das inúmeras demandas sociais, adotando atitude ética e socialmente

responsável em todas as suas atividades perante à comunidade. Assim a FISMA, como instituição socialmente responsável poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, formando cidadãos conscientes e, sobretudo proativos. E isto só será possível despertando no aluno atributos como solidariedade, trabalho em equipe, voluntariedade, liderança e empreendedorismo que são habilidades fundamentais que contribuem sobremaneira em sua formação acadêmica e profissional

Através de seus projetos de pesquisa e extensão e as atividades de extensão que estão sendo implementadas nos currículos dos cursos, seja por meio da curricularização exigida pela RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, ou mesmo pela flexibilização curricular que a FISMA implantou no ano de 2017 considerando a Extensão como parte obrigatória das atividades complementares dos cursos, torna-se possível o papel da IES em sua Responsabilidade Social .

Para cumprir seu papel na responsabilidade social a Fisma estabelece as seguintes estratégias:

- Divulgar e fortalecer as relações/parcerias entre a FISMA ea comunidade/sociedade;
- Sensibilizar os parceiros para participarem das ações;
- Tornar disponíveis a toda a sociedade informações sobre as ações sociais e preventivas da FISMA;
- Permitir maior visibilidade da FISMA enquanto instituição de ensino;
- Incentivar docentes e discentes de todos os cursos em ações de responsabilidade social, promovendo a interação entre FISMA/sociedade.

7 PERFIL INSTITUCIONAL DO EGRESSO

As transformações econômicas, científicas e tecnológicas acarretam mudanças na política educacional e impulsionam a busca de novos saberes necessários à inserção no mundo do trabalho e a um novo perfil profissional.

Assim, entende-se que a formação deve estar voltada à resiliência, à cidadania,

à criticidade e à criatividade. O mundo do trabalho, necessita um profissional que atue de forma crítica e criativa, com aptidão para o trabalho em equipe e capacidade para executar tarefas variadas e de responsabilidade. Na FISMA perfila-se um profissional que apresente além das capacidades técnicas inerentes a sua especificidade de formação, elevada consciência política e social, ética no agir e no pensar bem como sensibilidade numa busca pela humanização. Entende-se ainda que um profissional precise evidenciar um aprofundado conhecimento das problemáticas locais, regionais e nacionais, com vistas a consolidar intervenções de relevância social.

Nessa perspectiva, a formação interdisciplinar é um fundamento da formação institucional, que distingue os egressos no mundo do trabalho. Tal distinção se dá, na medida em que o egresso se insere no lócus de atuação profissional expressando as competências desenvolvidas e desta forma atendendo as exigências da sociedade contemporânea.

Outra competência diz respeito ao desenvolvimento da consciência do inacabamento da formação profissional. Tal consciência se alicerça a partir da construção diária das práxis pedagógicas, uma vez que esta tem a pesquisa como mote central da formação. O egresso terá a percepção de que o conhecimento não se estrutura e nem se consolida de forma dogmática, ao contrário, é relativo, tendo em vista que o mesmo é histórico, cultural e dialeticamente construído.

Delimita-se assim, um perfil profissional consciente da necessidade da formação permanente.

8 PERFIL DO CORPO DOCENTE

8.1 COMPOSIÇÃO

A qualificação do quadro de docentes tem ocorrido pela contratação de profissionais com titulação de mestre e/ou doutor e, excepcionalmente, de especialista. A FISMA mantém, ainda, um programa de formação continuada dos docentes do atual quadro.

8.1.1 Titulação

A titulação e o regime de trabalho do corpo docente encontram-se na TABELA 1.

Tabela 1 - Titulação e regime de trabalho do corpo docente da FISMA

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO						TOTAL	
	Integral		Parcial		Horista			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doutor	1	10,0	11	23,4	1	7,2	13	18,3
Mestre	7	70,0	34	72,3	7	50,0	48	67,6
Especialista	2	20,0	2	4,2	6	42,8	10	14,1
TOTAL	10	100	47	100	14	100	71	100,00

8.1.2 Regime de trabalho

O Regime de Trabalho dos professores está em consonância com o que determina a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29/12/2010, classificando esse regime de trabalho em três possibilidades:

- Tempo Integral - docente contratado em 40 horas semanais de trabalho na Instituição, reservado o tempo, de, pelo menos, 20 horas semanais a estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, planejamento, avaliação e orientação de estudantes;
- Tempo Parcial - docente contratado por 12 horas ou mais por semana de trabalho na Instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes;
- Horista – docente contratado pela IES, exclusivamente, para ministrar aulas e independentemente da carga horária contratada, ou, que não se

enquadrem em outros regimes de trabalho acima definidos.

O valor da hora-aula, bem como os demais direitos trabalhistas do docente, são estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, resultante da negociação entre o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINPRO) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (SINEPE/RS). Os quantitativos são apresentados na TABELA 10.

8.1.3 Indicadores para contratação

Os requisitos para contratação são:

- **Titulação acadêmica:** O corpo docente da IES é formado por profissionais de notória capacidade profissional vinculado às áreas de ensino, pesquisa e extensão e portadores de formação acadêmica compatível com a área de atuação. É dada prioridade à contratação de docentes com titulação de doutores e mestres, complementados com profissionais pós-graduados nas áreas de atuação da FISMA com títulos de especialistas. O currículo Lattes de cada professor está documentado e arquivado em pastas individuais na Instituição, e é utilizado pela IES sempre que solicitado pelos órgãos reguladores e comunidade acadêmica, para comprovar titulação, histórico profissional e acadêmico dos docentes.
- **Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica:** a experiência no magistério superior deve ser comprovada pelo candidato a docência, e é um elemento avaliado na seleção de professores, pois é adequado que, além de uma formação criteriosa e profunda em sua área de conhecimento, o professor tenha experiência em metodologias de ensino inovadoras e participação na gestão e planejamento de atividades acadêmicas exitosas. Especialmente no caso da EAD, é imprescindível a comprovação de no mínimo cursos de capacitação e ou formação continuada na área, para o exercício da docência. É igualmente valorizado em processos seletivos a experiência comprovada na docência no ensino a

distância. A experiência profissional não acadêmica também é elemento avaliado na seleção de professores, valorizando assim, suas vivências em áreas estratégicas de desenvolvimento, inovação e competitividade, principalmente quando articuladas com o mercado de trabalho.

- Critérios para seleção e contratação: destaca-se que a admissão do professor para integrar a carreira de docente da IES se faz mediante processo de seleção através de edital público, que envolve prova de títulos, entrevista, prova didática mediante aula ministrada sobre um ou mais pontos da disciplina pleiteada e quando necessário, prova escrita de conhecimentos específicos e gerais. Os professores da IES são selecionados entre pessoas cuja capacidade, títulos acadêmicos, identidade profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira docente, tendo em vista os valores e a missão da FISMA. São considerados, em caráter preferencial, para contratação (admissão) e para promoção (mudança de categoria) na carreira docente, os títulos universitários, o teor científico dos trabalhos realizados, experiência profissional e de magistério em outras instituições de ensino. Do candidato à admissão é exigida, entre outras, a comprovação da titulação e formação exigidas no edital de seleção. A efetiva contratação é realizada pela Mantenedora, que exigirá também a CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, e demais documentos necessários para a formalização do contrato de trabalho.

8.1.4 Plano de Carreira

O Plano de Carreira Docente foi concebido de acordo com a CLT e com a convenção coletiva de trabalho, baseando-se na política de valorização do docente da IES, tendo como premissa a manutenção da sustentabilidade econômica da instituição. Este Plano de Carreira Docente está protocolado no Ministério do Trabalho, aguardando parecer definitivo sobre a homologação.

8.1.5 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

Substituição é o ato mediante o qual o Diretor Geral da IES para homologar a designação do professor substituto proposta pela Coordenação do Curso, para temporariamente exercer as funções do professor em afastamento. Poderá ser substituído, em caráter de emergência, o professor que se afastar de suas funções, em virtude de doença ou por qualquer outro motivo de ordem legal, quando esse afastamento prejudicar as atividades de ensino.

O substituto será preferencialmente professor integrante do quadro docente da Faculdade. Não havendo professor disponível na Faculdade, a substituição será feita através de contrato temporário, pelo prazo da substituição.

9 PERFIL DO CORPO DE TUTORES

9.1 PERFIL DE TUTORES DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O perfil dos tutores para atuação nos cursos a distância deve apresentar formação adequada aos critérios de ensino e aprendizagem específicos e determinados no Projeto Pedagógico de cada curso ofertado (PPC), considerando o perfil do egresso e visando preservação da qualidade do ensino prestado na IES.

9.2 INDICADORES PARA CONTRATAÇÃO

A IES mantém em seu quadro tutores titulados e com experiência adequada, visando preservar a qualidade dos seus cursos, principalmente, a relação aluno x IES. Os tutores contratados pela IES devem possuir, preferencialmente, experiência acadêmica e profissional na modalidade EaD, para exercer atividade plena de tutoria.

Uma das políticas da instituição é a permanente busca pela adequação entre a titulação e experiência profissional (mínima de 1 ano) do corpo de tutores com os objetivos dos cursos e disciplinas.

9.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A contratação de tutor para integrar o quadro da IES se faz mediante processo de seleção, que envolve análise de currículo, entrevista, avaliação de sua adequação ao perfil organizacional da IES e, quando necessário, realização de prova de seleção.

Os tutores são selecionados com base em sua capacidade, títulos acadêmicos, identidade e experiência profissional, integridade de costumes e vocação lhes permitam desempenhar a contento as funções que lhes sejam atribuídas na carreira de tutor. A contratação dos tutores é realizada pela Mantenedora, conforme a necessidade para o atendimento às demandas dos cursos ofertados, de acordo com a normas legais (CLT).

10 PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA PROFESSORES FISMA

Atualmente a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida, de certa forma quase instantânea, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional. Ainda assim, é válido ressaltar que a informação só se torna conhecimento de fato quando é associada a algum sentido. Entendemos que a formação continuada tem muito a oferecer nesse processo, porque ajuda o professor a melhorar cada vez mais suas práticas pedagógicas e com isso apoiar os alunos na construção de conhecimentos e não apenas no acúmulo de informações.

A formação continuada de professores é concebida pela FISMA como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente. É realizada com o propósito de assegurar ao professor competências metodológicas e didáticas capazes de gerar inovação no processo de ensino e aprendizagem. Mais do que nunca, o professor deve se manter atualizado e bem informado não apenas em relação aos fatos e acontecimentos, mas, principalmente, em relação à evolução das práticas pedagógicas e às novas tendências educacionais.

Estas formações são realizadas a partir de um cronograma semestral, com no mínimo dois encontros, com pautas definidas pelas coordenação pedagógica, coordenações de cursos e diretoria acadêmica. São subsidiadas pelas avaliações internas e externas dos cursos e, pelo planejamento estratégico da instituição que

define as diretrizes e políticas internas, inclusive aquelas referentes ao perfil do professor. Com a formação continuada, o desenvolvimento pedagógico é constante e permeia o dia a dia da sala de aula. O professor mantém-se atualizado e atento a evolução das práticas pedagógicas e às novas tendências educacionais. Dessa forma, o educador tem a oportunidade de refletir e aperfeiçoar as suas práticas pedagógicas e também de promover o protagonismo de seus alunos, potencializando assim os resultados que deverão ser traduzidos na efetiva formação do perfil do egresso.